lhetas que praticou e que pratica; a falsa honestidade e virtude com que se mascara; todo o tremedal de lama que constitui a sua glória, estarão bem patentes, bem visíveis aos olhos dos homens livres para que êstes sejam tam ingénuos que deixem em pé esse monstro disforme chamado Cristianismo. Não, o cristianismo teve a sua época, mas ela passou. A sua preponderância foi enorme, o seu poderio despótico e oprissivo. É por isso, a tentativa feita pelos snrs. da cristandade quanto à fundação dum sindicato católico, constitui a mais fajardêsca infâmia cometida contra a prestigiosa organização caixeiral.

Há já, aqui no Porto, uma associação de empregados de comércio. Essa entidade deve desmascarar os intuitos malévolos dos carolas da *Liberdade* e apontar aos caixeiros o caminho a seguir. Os sindicatos católicos são uma aberração à própria natureza. E' necessário, pois, que aquêles que pensam nos bons resultados duma instituição servil e conservadora, se convençam, finalmente, no êrro crasso que os seus espíritos alimentam.

Isto mesmo quizemos dizer nessa reunião, mas fomos, no começo do nosso discurso, interrompidos tam incivilmente pela cambada de imbecis católicos que assistiam, que tivemos de suspender e deixar correr aquilo ao deus dará. O que não supozemos é que os meninos das juventudes católicas fossem tam zaragateiros que se permitissem ao destempero de patear à laia de burro — de tacão ferrado. Apre, que aquilo parecia uma estrebaria. Nós e quem nos acompanhava tivemos, por vezes, a impressão de que estavamos domesticando cavalgaduras. Afinal, não passam de toleirões.

J. SALGADO.

Aos correspondentes e aos assinantes

Pedimos a todos os correspondentes a fineza de liquidarem o mais breve possível as suas contas com A AURORA, a fim de não lhe criarem embaraços.

Igualmente prevenimos os nossos assinantes que estamos proceder à cobrança das respectivas assinaturas. Pedimos-lhe, portanto, a especial fineza de se prevenirem para, quando o correio os avisar, pagarem logo os seus débitos.

Esperamos que este nosso pedido seja satisfeito, pois assim não se dificultará a vida do jornal.

A administração.

OS ANARQUISTAS E A GUERRA

Resposta à "Acción Libertaria,,

Dois pontos de vista

De dois pontos de vista pode ser encarado o problema da guerra e seus derivados: nacionalista ou internacional, estatal ou anarquista. Ora, segundo nos parece, os intervencionistas, nesta questão, colocam-se a cada passo, parcialmente ou em cheio, num terreno que não é nosso, que não é o dos interesses revolucionários do proletariado. Amiude confundem o internacionalismo antiestatal com o que poderíamos chamar e já foi chamado interestatismo.

Nos dois artigos anteriores, vimos essa diferença de critério na determinação do *modo de intervir* na contenda, seja qual for o êxito militar previsto ou desejado, do melhor modo — e o mais internacionalista e anarquista — de combater o imperialismo e o militarismo no interior e *no exterior*; e o último artigo da resposta de *Acción Libertaria* de novo nos fará voltar, no próximo número, a êste ponto essencial.

A mesma diferença de visão na questão das responsabilidades. Do ponto de vista nacional estatista, somos do partido de cada grupo beligerante, se lermos a montanha de documentos e alegações que cada um deles amontoa e divulga e se ignorarmos ou desdenharmos as provas do outro, assim como os antecedentes e causas fundamentais do conflito.

Bem conhecidas são entre nós as razões dos francófilos (que em regra se esquecem da Rússia ou passam por ela como gato sôbre brasas). Mas ouçamos um germanófilo. Dir-nos há muito convencido que a Alemanha demonstrou a sua vontade pacífica durante longos anos, deixando de aproveitar conflitos e ensejos favoráveis de esmagar as suas rivais declaradas, ensejos magníficos de fraqueza e desunião. Dir-nos há que a Alemanha, para triunfar, não precisava da guerra, bastando-lhe a vitória progressiva e irresistível do seu comércio, e da sua indústria e da sua sciência, e que foram as suas rivais políticas e económicas, ciosas e receosas do seu enorme desenvolvimento, que provocaram o conflito, suscitando-lhe embaraços e inimigos, obstruindo-lhe caminhos e saídas, tramando contra ela conluios diplomáticos e conspirações de Estados. Dir-nos há que a iniciativa da declaração de guerra e de invasão é uma questão de ordem puramente técnica, imposta pela necessidade de defesa contra um inimigo cada vez mais numeroso e forte, e que a agressão e a luta encarniçada vinham de muito longe.

Nós sabemos que estas razões, *tomadas exclusivamente*, são falsas, pois que o Estado alemão e o austríaco tiveram na preparação e no estalar do conflito um quinhão equivalente ao de todos os outros — com as suas rivalidades políticas, industriais e financeiras; na Africa, nos Balcans, na Asia Menor, na Pérsia e em todo o mundo, com as suas rixas diplomáticas e coloniais, com a sua paz armada e os que dela viviam, com a sua casta militar e patroteira.

Mas, para vêr isso, precisamos de ocupar, não o ponto de vista dum Estado, fascinados por simpatias intelectuais ou étnicas, desnorteados por falsos pretextos idealistas e magoados com os horrores da guerra que todos provocaram; precisamos de ocupar o ponto de vista anticapitalista e antiestatal. Só dali veremos que, se tôdas as alegações dos beligerantes são justas *em conjunto*, na parte em que se acusam, nenhum deles tem razão *exclusivamente* e quando se defende.

Ainda a mesma diferença de critério no modo de exprimir o nosso interesse revolucionário no resultado militar do conflito e de avaliar as conseqüências da vitória desta ou daquela coligação.

Uns só vêem o perigo alemão, outros só o perigo russo; uns só descortinam o ocidente europeu e os seus povos, outros apenas lobrigam o oriente da Europa e o interesse das raças que o habitam. Dum ponto de vista superior, nós encaramos todos os perigos e repercussões, consideramos todos os povos, tememos no triunfo de cada militarismo e de cada imperialismo uma ameaça de novos armamentos e de novas guerras, de novas expansões e de novas desforras.

Ainda quando julgamos preferível um determinado êxito militar, não o fazemos pelo seu valor intrínseco e directo, não o fazemos por julgar identificada a causa de um dos grupos beligerantes com a causa da liberdade e do progresso social, por julgar fruto directo duma certa vitória um triunfo sensível da justiça e da paz nas rela internacionais e na formação das nacionalidades.

Se preferimos a vitória dos Aliados, é porque são Estados mais numerosos e diversos, é porque, quanto à França e à Alemanha, não é mau obter a contra-prova de 1870; é porque convém o desengano para muitas desilusões democráticas; é ainda porque, em suma, no dizer dos nossos amigos de Itália, bom é que chegue ao imperialismo germânico a sua vez de derrota e humilhação.

Também supomos que o proletariado latino e eslavo é um tanto mais capaz de resistir à reacção militarista triunfante; mas isso é precisamente na medida em que êsse proletariado não se deixa sugestionar e lograr pelas ilusões democráticas; na medida em que repele, como instrumento hipócrita de dominação e de arrastamento, a falsíssima alegação de defesa da democracia e a velha identificação desta com o Estado, pior — com uma coligação de potências imperialistas; na medida em que recusa colaborar com a classe inimiga e lutar como soldado do Estado. E' *precisamente por isso* que continuamos a depositar algumas esperanças mais nesse proletariado; mas é também neste ponto que caíram por terra iguais esperanças anteriores ...

E' curioso vêr como os intervencionistas exageram as diferenças, quando tratam de calcular hipotèticamente os efeitos da vitória ou da derrota desta ou daquela coligação, julgando que tais diferenças influem decisivamente sôbre o nosso modo de acção ante o conflito. Como nos romances de cordel, em que a acção gira tôda em tôrno de um anjo e um diabo, aquele com tôdas as virtudes, êste com todos os vícios, dum lado está o mal todo e do outro todo o bem.

A vitória dos impérios centrais seria, diz *Acción Libertaria*, um retrocesso nas práticas políticas e diplomáticas que começavam a vigorar nos países de opinião (e a Rússia?). Ora, nas democracias, os povos são governados pelas oligarquias por meio de ficções e da imprensa; e a diplomacia está fora até da fiscalização parlamentar. Belas práticas diplomáticas, as dos tratados secretos, como o hispano-franco-britânico sôbre Marrocos!

O espírito e a esperança com que os povos aliados marcharam para a guerra ... defensiva e antimilitarista são o espírito e a esperança que os dirigentes teutónicos, incluindo os da social-democracia e os da oposição, atribuem ao povo austro-alemão. O povo, dizem êles, só aceita esta guerra por estar convencido de que com ela defende a existência nacional e de que é a última. E as cartas de oficiais e soldados alemães publicadas pelo escritor francês Romain Rolland testemunham êsse estado de espírito. Mesmo na Alemanha, é preciso levar o povo com motivos idealistas; em todos os

países, a pilula é mais ou menos doirada.

Só na Alemanha é que há uma grande opinião militarista e um exército pretoriano: *Deutschland über alles!* Do lado de cá (e a Rússia?) «nada disso existe». Pelos modos, *Acción Libertaria* nunca ouviu cantar, o *Rule, Britannia* e roncar o orgulho inglês pelo seu império usurpado, nem ouvir falar dos estragos feitos entre o proletariado inglês pela idea da necessidade de esmagar a concorrência alemã. E se em França, Bélgica e Inglaterra há uma forte corrente oposta ao imperialismo e às aventuras coloniais, pena é que êsses Estados sejam precisamente aqueles que a mais aventuras dessas se teem entregado!

Essa opinião, que não pôde evitar aventuras, aumentos de efectivos, de serviço militar e de armamentos, intrigas diplomáticas e rixas financeiras; essa opinião, que na véspera da guerra não foi mais numerosa nem muito mais ardente do que na Alemanha; essa opinião, que não comanda os exércitos e neles convive com os partidos reacionários, mais animados do que nunca, é que há-de impedir as «mutilações injustas» (que significa isso?) resolver a questão das nacionalidades (que não tem solução estatista) e ditar leis aos diplomatas e às oligarquias políticas, militares e financeiras! Esperemos que alguma coisa faça — mas não exageremos as diferenças.

E' preciso protestar enérgicamente contra êsses perigosos exageros sectários. Bakunine dizia que, se o tsarismo russo triunfasse numa guerra, seria um longo período de militarismo furioso e estaria a humanidade perdida por muito tempo; vem agora dali Grave (*La Libre Fédération*, de Lausana, n.º 1) e clama que a vitória da Alemanha seria a militarização forçada da Europa durante séculos e «o fim de todos os nossos sonhos de emancipação futura!»

A guerra é que é o grande mal e os seus resultados directos não diferirão muito segundo a vitória; mas seja qual fôr a diferença, preparemo-nos para lutar e lutemos desde já contra os resultados e as causas do mal, sem abandonar nenhuma esperança, sem espalhar pânico, sem soltar de antemão o «salve-se quem puder» das derrotas definitivas.

E demais, que sabemos nós de antemão? Está bem averiguado o valor comparativo da derrota e da vitória duma certa coligação? Conhecemos nós bem as condições de desenvolvimento das ideas de emancipação social?

Foi o temor no mundo que fez os primeiros deuses.

LUCREECIO.

A internacional operária depois da guerra

POTÊNCIA NEGATIVA DA I. O.

Quando a imprensa, operária ou burguesa, se ocupava, antes da guerra, da I. O., não raro cantava hossanas aos seus milhões de componentes. Dir-se-ia que aquele organismo, pelo número de federados que agrupava, possuia uma força formidavel, capaz de revolver a sociedade de baixo para cima.

Mas quando mais se encareceu a sua potência: numérica, entre o operariado português, foi no congresso de Tomar.

Pretendiam os reformistas que, desde logo, o organismo nacional que fosse votado, imediatamente aderisse à União Sindical Internacional (tése de Mario Nogueira). Mas o mais engraçado do caso é que a adesão deveria ser dada a olhos fechados e com a cláusula imperativa de *cumprir e fazer cumprir as decisões* da referida Internacional!

O espírito do congresso não era, porêm, favoravel a tal adesão; mas êsse facto não obstou a que o autor da tése proposta em referência quase impuzesse aquela cláusula, humilhante e despótica, à comissão que estava encarregada de dar parecer sôbre as téses de organização.

Recordo estes factos, não só para se avaliar quanto tinha de autoritário o centralismo da I. O., mas ainda porque estou convencido de que uma parte dos militantes operários portugueses os não conhece. Quando, como se tem dado em Portugal, certos assuntos não são debatidos, acontece haver equívocos que determinam, muitas vezes, resoluções erradas.

No Congresso de Tomar, quando alguns congressistas discutiam sôbre a Internacional, houve um dêles, sindicalista revolucionário, sincero e activo, que afirmou que a Confederação Geral do Trabalho francesa não era aderente à I. O. Foi desmentido logo e eu fiquei convencido que aquele camarada, pelo simples facto da C. G. T. francesa ser aderente à I. O., seria capaz de votar a adesão do organismo português.

A C. G. T. francesa é um organismo autónomo, que vive independente do partido socialista e que actua revolucionáriamente no terreno da «acção directa», contra o Estado e contra o patronato; e o facto de ser aderente à I. O. poderá parecer que exerce ou exercia influência naquele organismo centralista e autoritário, tanto no seu funcionamento, como nas suas decisões. Podia dar-se êsse caso, e daí um natural equívoco. Mas, infelizmente, não se dava, como veremos.

A C. G. T. francesa foi um dos agrupamentos nacionais que assistiu a todos os trabalhos relativos à constituição da I. O. Esteve representada na primeira conferência internacional, que se efectuou em Stuttgart em 1902. Esteve-o igualmente na segunda conferência, realizada em Dublin em 1903.

Para esta segunda conferência levou o representante da C. G. T. um relatório sôbre «antimilitarismo» e a «greve geral», o qual tencionava apresentar nessa reunião, afim de, a pedido da C. G. T., ser inscrito na *ordem do dia* da conferência seguinte.

Mas — e veja-se como aquelas conferências eram organizadas — na reunião de Dublin apenas se gastaram três horas, «compreendendo-se neste tempo o discurso de abertura e as traduções necessárias»! De modo que ao representante francês não foi possível entregar o referido relatório.

Mas para a conferência de Amsterdão, realisada em 1905, a C. G. T. propoz ao secretariado internacional a inclusão na «ordem do dia» das questões acima referidas e ainda outra: a jornada de 8 horas, que naquela época interessava bastante o proletariado francês.

As propostas da Confederação francesa eram acompanhadas de um ofício, no qual aquele agrupamento declarava que não pretendia que as propostas fossem aceitas, pois o que pedia era que a ouvissem, «ficando *cada um livre de dar às ideas expostas e discutidas a aplicação que julgar ser a melhor*».

O secretário internacional, porêm, respondeu negativamente, pelo que a Confederação lhe contestou que êle «não tinha poderes para opôr o seu *veto*», e êle, então, consultou os agrumentos dos outros países, mas «*dando ao mesmo tempo a sua opinião*»; isto é: *indicava* antecipadamente a resposta que haviam de enviar...

A C. G. T. não recebeu a carta contendo as respostas por insuficiência de endereço, e por esse motivo não pôde fazer-se representar na conferência de Amsterdão.

Não obstante, na citada conferência, os secretários nacionais deram por bem feito o acto do secretário internacional, e por proposta da mesma decidiram que:

«São excluidas da discussão tôdas as questões teóricas e todas as que dizem respeito *às tendências e à tática* do movimento sindical dos outros países...»

Evidencia-se nesta decisão a influência da social democracia alemã, impregnada de espírito militarista; mas não menos se demonstra a unanimidade de vistas dos sociais democratas, secretários dos agrupamentos nacionais dos outros países, posto que, não só concordaram com o procedimento do secretário internacional, como, com êle, votaram a recusa em se discutirem questões necessárias e urgentes como as que eram propostas pela C. G. T.

Os motivos da recusa, como se infere da decisão supra, foi reputarem o «antimilitarismo» como uma questão teórica e a «greve geral» como uma tendência e uma questão de táctica particular ao proletariado francês e daí concluirem arbitrariamente que tais questões em nada interessavam ao proletariado dos outros países. Não víram ou não quizeram vêr, que aquelas questões eram de interesse geral, nem ligaram importância ao armamento militar simultâneo em quase todos os países — a preparação apressada de todos os Estados para a guerra.

Tôdas as ideas são consideradas teorias, enquanto não se passa das palavras aos factos. Oito ou nove anos de antimilitarismo intenso em todos os países e a simultânea preparação da greve geral — tudo feito com consciência, método e vontade, se não fossem o suficiente para evitar a trágica sangoeira que o mundo observa, silencioso e triste, determinaria, contudo, uma atmosfera ameaçadora, que, com certeza, faria retardar essa hecatombe pavorosa, e em qualquer caso, que ela se generalisasse a tantos países...

... Mas a I. O. não podia prevêr isto. O seu espírito de seita, o seu exclusivismo, era resultante da sua subalternização aos partidos da social democracia. E como a C. G. T. era irreverente, como, em França, não se sugeitava ao partido socialista francês, como pretendia a I. O. — eis os motivos por que esta não lhe aceitava as proposições.

Não! As questões fundamentais que interessam à classe trabalhadora, essas não as deviam resolver os seus organismos de classe e com os seus próprios meios, no próprio terreno da luta de classes: aquelas questões deveriam ser resolvidas pelos partidos da social democracia, cujos principais *leaders* são advogados comerciantes, industriais, médicos, etc., com interesses diametralmente opostos aos da classe operária!

No próximo artigo publicaremos a decisão da conferência internacional de Cristiania, que confirmará tudo quanto temos exposto.

M. J. de Sousa.